

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS CIDADES GÊMEAS DE FOZ DO IGUAÇU, CIUDAD DEL ESTE E PUERTO IGUAZÚ

*The role of public policies in the development of the twin cities
region of Foz do Iguaçu, Ciudad del Este and Puerto Iguazú*

DOI: 10.48075/igepec.v26i3.29733

João Marcos Borges Avelar
Mirian Beatriz Schneider

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS CIDADES GÊMEAS DE FOZ DO IGUAÇU, CIUDAD DEL ESTE E PUERTO IGUAZÚ

The role of public policies in the development of the twin cities region of Foz do Iguazu, Ciudad del Este and Puerto Iguazú

Resumo: A Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas consiste nas áreas localizadas ao longo da linha que separa os territórios de Foz do Iguazu no Brasil, Puerto Iguazú na Argentina e de Ciudad del Este no Paraguai, sendo um local de grande fluxo comercial e grande potencial turístico. O objetivo da pesquisa é analisar o quanto as políticas públicas brasileiras desenvolvidas na Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas foram percebidas pelas três cidades e oportunizaram a formação de um projeto integrado de desenvolvimento. O estudo segue uma abordagem qualitativa utilizando a metodologia da Análise Estrutural Prospectiva. Os dados da pesquisa indicam que embora tenha ocorrido no período desenvolvimento socioeconômico em Foz do Iguazu, não há evidências que esse desenvolvimento resultou apenas do papel dessas políticas e que nas outras duas cidades a falta de dados estatísticos impossibilita uma análise comparativa. Na região há um trabalho efetivo dos conselhos de desenvolvimento econômico e social de cada cidade na tentativa de consolidar um projeto de desenvolvimento integrado, porém, os resultados obtidos ainda são pífios e os reflexos das políticas públicas brasileiras ainda não foram suficientes para contribuir de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico de Ciudad del Este e de Puerto Iguazú. A pesquisa indica que o Parque Tecnológico Itaipu (PTI) é um dos principais agentes de desenvolvimento na região e que a governança local pode contribuir de forma significativa para promover ações conjuntas entre as três cidades.

Palavras-chave: Região Transfronteiriça. Projeto Integrado de Desenvolvimento. Desenvolvimento Regional.

Abstract: *The transboundary region of the Twin Cities (Cidades Gêmeas) consists of the areas located along the line separating the cities/territories of Foz do Iguazu/ Brazil, Puerto Iguazú/Argentina and Ciudad del Este/Paraguay, respectively, being, nowadays, a center of great commercial flow and a touristic potential region. The objective of the research is to analyze how the Brazilian public policies developed in the Transboundary Region of the Twin Cities were perceived by the three cities and provided the opportunity to form an integrated development project. The study follows a qualitative approach using the methodology of Prospective Structural Analysis. During the cited period, Brazilian government implemented relevant public policies for border areas, some of them carried out in the region under study. Concerning to Brazilian side, the research data indicate that, although those policies have occurred during a considerable socioeconomic development period of Foz do Iguazu city, there is no sufficient evidence to considerate such policies as a result of their implementation. Moreover, there is a lack of statistical data related to the other cities involved in the study to undertake a comparative analysis. It can be said that there is an effective work of the economic and social developmental councils of each city, in an attempt to consolidate an integrated development Project. However, the results obtained until now are poor and not so relevant and the reflexes of Brazilian public policies have not been enough yet to affirm that they contribute significantly for the socioeconomic development of Ciudad del Este and Puerto Iguazú. On the other hand, the data point out that Itaipu Technological Park (PTI) is one of the main developmental agents in the region and that local governance can make a significant contribution to promoting joint actions between the three cities.*

Keywords: *Cross-Border Region. Integrated Development Project. Regional Development.*

Resumen: *La Región Transfronteriza de las Ciudades Gemelas consiste en las áreas ubicadas a lo largo de la línea que separa los territorios de Foz do Iguazu en Brasil, Puerto Iguazú en Argentina y de Ciudad del Este en Paraguay, siendo un local de gran flujo comercial y gran potencial turístico. El objetivo de la investigación es analizar cuánto las políticas públicas brasileñas desarrolladas en la Región Transfronteriza de las Ciudades Gemelas fueron percibidas por las tres ciudades y oportunizaron la formación de un proyecto integrado de desarrollo. El estudio sigue un enfoque cualitativo utilizando la metodología del Análisis Estructural Prospectivo. Los datos de la*

investigación indican que aunque ocurrió en el período desarrollo socioeconómico en Foz do Iguaçu, no hay evidencias que ese desarrollo resultó apenas del papel de esas políticas y que en las otras dos ciudades la falta de datos estadísticos imposibilita un análisis comparativo. En la región hay un trabajo efectivo de los consejos de desarrollo económico y social de cada ciudad en el intento de consolidar un proyecto de desarrollo integrado, sin embargo, los resultados obtenidos todavía son pífios y los reflejos de las políticas públicas brasileñas aún no han sido suficientes para contribuir de forma significativa para el desarrollo socioeconómico de Ciudad del Este y de Puerto Iguazú. La investigación indica que el Parque Tecnológico Itaipú (PTI) es uno de los principales agentes de desarrollo en la región y que la gobernanza local puede contribuir de forma significativa a promover acciones conjuntas entre las tres ciudades.

Palabras clave: *Región Transfronteriza. Proyecto Integrado de Desarrollo. Desarrollo Regional..*

INTRODUÇÃO

Tratando-se de regiões de fronteira, a complexidade para a promoção do desenvolvimento é ainda maior, havendo a necessidade da realização de ações conjuntas, e isso na prática encontra uma série de obstáculos oriundos da legislação, da cultura, do grau de desenvolvimento e de infraestrutura existente em cada país envolvido, entre outros fatores. Para que isso ocorra, paradigmas precisam ser quebrados, principalmente quanto à própria concepção das regiões de fronteira. Essas regiões precisam deixar de ser entendidas como regiões propícias à práticas de delitos, violência e desrespeito aos direitos humanos para passarem a ser entendidas como locais capazes de fortalecer processos de desenvolvimento e integração regional.

O planejamento de políticas públicas para essas regiões é um fator vital para que o desenvolvimento aconteça, pois por meio delas se torna possível promover o desenvolvimento e o dinamismo econômico, que são condições primordiais para que ocorra melhoria da qualidade de vida da população.

O objetivo do trabalho é analisar o quanto as políticas públicas brasileiras desenvolvidas na Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas foram percebidas pelas três cidades e os possíveis “vazamentos” dessas políticas para os demais entes da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a Análise Estrutural Prospectiva. Organizou-se um questionário contendo 68 variáveis, apresentados para um grupo de especialistas para preenchê-los e assim ser possível construir a Matriz Quadrada. Os especialistas foram selecionados em decorrência do trabalho que realizam na região, sendo membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (Codefoz), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ciudad Del Este (Codeleste), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Puerto Iguazú (Codespi); representantes sindicais; diretores das associações comerciais e industriais; representante da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico, Indústria e Comércio de Foz do Iguaçu, dirigente do Sebrae de Foz do Iguaçu, e membros da equipe de Desenvolvimento Territorial do Parque Tecnológico Itaipu (PTI).

A Matriz Quadrada utilizada na pesquisa foi elaborada com 34 variáveis e políticas públicas indicadas pelas entrevistas e pelos questionários, de modo qualitativo, a partir da classificação das respostas dos especialistas escolhidos. Em seguida foi tabulada e processada com auxílio do software Matriz de Impactos Cruzados e Multiplicações Aplicadas a uma Classificação (MICMAC), que fez a multiplicação das respostas e encontrou as relações de dependência e motricidade em cada uma das variáveis.

Além desta introdução, o estudo apresenta informações sobre as regiões da faixa de fronteira brasileira e dados socioeconômicos da tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, Ciudad del Leste e Puerto Iguazú, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e de entrevistas realizadas com lideranças das três cidades. Por fim, ressaltam-se as considerações finais do estudo.

2 – REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E SUA DINÂMICA SOCIAL E ECONÔMICA

A complexidade em promover o desenvolvimento em regiões de fronteira está relacionada a uma grande gama de fatores, tais como o clima, relevo, aspectos sociais e culturais. Além disso, a presença ou ausência de recursos humanos, tecnológicos, infraestrutura e de capital irá afetar os níveis de desenvolvimento destas localidades, influenciando diretamente o grau de qualidade de vida de seus habitantes (Alves, 2022).

Tomando 2007 por período de corte temporal, o governo brasileiro adotou uma série de políticas públicas e programas para o desenvolvimento das regiões de fronteira. Conforme dados de BRASIL (2009a), o objetivo dessas políticas e programas é auxiliar no processo de articulação e promoção do desenvolvimento regional por meio do estímulo à participação de atores regionais, locais e internacionais. Essas ações indicam a intenção do governo brasileiro em apoiar iniciativas voltadas à integração e ao desenvolvimento sustentável, dando prioridade ao desenvolvimento regional e à integração com os países da América do Sul.

Para Rolim (2004), contemporaneamente, entende-se a região como um processo de construção social. A sociedade constrói um subsistema social, sendo que para tanto, promove a interação com o meio natural. Nesta concepção, a região não é apenas um espaço habitado. Ela é acima de tudo um espaço social com relações complexas entre seus habitantes. Assim, não basta que um território seja habitado para que seja considerado uma região, pois uma região congrega e permite a reprodução de vários grupos sociais, que tem como elemento comum “a consciência coletiva de pertencer a um território comum específico dentro de um território nacional” (p.8).

As regiões transfronteiriças surgem da ocupação do território e das ações políticas e administrativas desenvolvidas pelos países envolvidos. É sob esse olhar que vamos visualizar a Região Transfronteiriça de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, que neste trabalho será denominada de Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas.

Segundo Reigado (2002), o estudo do processo pelo qual se concretiza a construção de um espaço econômico diferenciado e os obstáculos que surgem para sua concretização tornam-se elementos de grande importância para o entendimento do desenvolvimento dessas localidades. As barreiras impostas pelos países procuram na maioria das vezes afetar a livre circulação dos fatores de produção, e aparecem vinculadas às questões macroeconômicas dos países envolvidos (câmbio e moeda), imposições legais que inibem as migrações das pessoas e a circulação de mercadorias. Assim, um considerável problema das regiões transfronteiriças é a restrição da mobilidade entre os agentes envolvidos.

Para Rolim (2004), uma outra peculiaridade das regiões transfronteiriças é que elas se encontram longe das regiões que constituem o núcleo das economias dos países de origem. Geralmente são áreas com desenvolvimento insuficiente que surgiram essencialmente em decorrência da própria existência da fronteira. A própria existência da região transfronteiriça impõe a necessidade de uma série de serviços e de atividades que tendem a beneficiar um dos lados da fronteira, criando uma realidade econômica diferenciada nessas localidades. Embora essa realidade econômica tenha sempre uma tendência de seguir a lógica dos mercados, ela encontra barreiras institucionais decorrentes da legislação de cada país.

Segundo Haesbaert (2013), é possível identificar, ao lado de Ciudad del Este, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, várias faces do processo de globalização e da formação dos chamados blocos econômicos regionais, embora os três países apresentem níveis diferentes de controle e influência, em razão do sistema jurídico-político de cada país.

2.1 – A FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA: DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Conforme BRASIL (2009a), a faixa de fronteira brasileira possui 150 km de largura e estende-se por 15.719 Km, abrangendo 588 municípios, em 11 unidades da federação, ou seja, está presente nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. A região da faixa de fronteira corresponde a 27% do território brasileiro e nela residem aproximadamente dez milhões de habitantes. Constitui-se em uma região com graves problemas econômicos e sociais, perpetuando situações de injustiças, concentração de riquezas e acentuada desigualdade social. A população dessas localidades, em geral, sofre com a ausência de oportunidades de atividades econômicas e de serviços públicos de qualidade, tornando-se em muitos casos, vulneráveis à exploração econômica de organizações criminosas.

A Faixa de Fronteira brasileira é visualizada em três grandes arcos (Norte, Central e Sul) e em 17 sub-regiões. Conforme BRASIL (2009a), o Arco Norte abrange as sub-regiões I a VI e nele estão os estados do Amapá, do Pará, de Roraima, do Amazonas e Acre. Já o Arco Central abrange as sub-regiões VII a XV, compreendendo os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Arco Sul compreende a sub-região XV a XVII, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para Vasconcellos e Garcia (1998), o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, de forma a reduzir a pobreza, o desemprego e a desigualdade social. Deve também contribuir para melhorar as condições de saúde, alimentação, educação e moradia da população em geral. Segundo Amaral Filho (1996), isso ocorre por meio do desenvolvimento endógeno, devendo haver uma sintonia das ações entre as iniciativas empresariais, governamentais e setores organizados da sociedade com as ações que visem ao desenvolvimento regional. O desenvolvimento endógeno é um modelo de desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local. Porém, não é sinônimo de um modelo autocentrado na própria região ou no local, com tendências ao isolamento, e sim um processo de transformação e de fortalecimento das estruturas internas da região. Para isso, há a necessidade de um entorno sociocultural que valorize as ações empreendedoras e valorize as energias locais. O estado, nesta perspectiva, volta suas ações para as instâncias locais, na medida em que elas estão mais próximas dos produtores e consumidores dos bens e serviços.

Ferrera de Lima et al. (2012) ao analisar a Grande Fronteira do Mercosul (GFM), identificou que a percepção do desenvolvimento regional para os gestores do Fórum da GFM está relacionada às ações integradas desenvolvidas e que acabam trazendo benefícios e bem-estar à população. Portanto, é importante a realização de programas conjuntos entre os municípios envolvidos objetivando, torná-los parceiros e não concorrentes. Piffer e Alves (2009) também comungam desta ideia, citando

que: “Um novo paradigma de desenvolvimento está baseado na democracia deliberativa com ênfase no desenvolvimento endógeno (local) integrado e sustentável, como objetivo final à qualidade de vida das pessoas”. (PIFFER; ALVES, 2009, p. 149).

Para Braun et al. (2012), a preocupação em criar uma área de cooperação entre o Brasil, Argentina e Paraguai não é recente. Desde o início do processo da conquista da região da Bacia do Prata até a consolidação do Mercosul houve tentativas dos governos locais de aproximar as relações econômicas dos países da América do Sul. Esse esforço ganhou força a partir de 1964, com o governo militar brasileiro, que articulou uma nova geopolítica para o território nacional e seus vizinhos, tentando integrar a estrutura continental, criando corredores de exportação caracterizados por ferrovias, hidrovias e rodovias que possibilitaram que a produção destes países chegasse aos portos brasileiros, possibilitando o escoamento de seus produtos.

O fortalecimento das regiões de fronteira, constitui-se, portanto, em uma oportunidade de promover a competitividade necessária ao desenvolvimento. Constitui-se numa estratégia de combate às desigualdades econômicas e sociais existentes nessas localidades e objetiva o fortalecimento dos potenciais endógenos existentes em cada região.

2.2 – FRONTEIRA DA ARGENTINA E DO PARAGUAI

A Argentina é um país constituído por 23 províncias e uma capital, que é Buenos Aires. A fronteira argentina tem uma extensão de 1224 km, começa nas Cataratas do Iguaçu, segue os percursos do Rio Iguaçu, do Rio Santo Antônio, do Rio Peperi Guassu e do Rio Uruguai até a foz do rio Quaraí, no Rio Grande Sul.

Conforme Gemelli (2013), o Paraguai não adota normas específicas que definam em termos legais sua faixa de fronteira. Os dados referentes à faixa de fronteira são escassos, dificultando uma análise mais aprofundada sobre o tema. O país está dividido em 17 departamentos, dentre estes, 5 fazem fronteira com o Brasil e os departamentos Canindeyú e Alto Paraná fazem fronteira com o Estado do Paraná e municípios próximos ao lago de Itaipu, sendo que Ciudad del Este é a capital do departamento de Alto Paraná.

A Tríplice Fronteira em análise possui uma dinâmica econômica e social diferenciada de outras regiões do Brasil, o que torna ainda mais difícil a realização de ações que possam promover o seu desenvolvimento. As limitações jurídicas e políticas tornam-se entraves para o desenvolvimento, sendo necessário que um conjunto de políticas públicas sejam efetivadas para que haja melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem nessas localidades (FERRERA DE LIMA *et all*, 2007). Como se trata de localidades que estão atreladas às normas e legislação de cada país, promover ações conjuntas requer o estabelecimento de acordos internacionais que sejam benéficos a todos os envolvidos. Isso demanda de capacidade técnica e de vontade política para realmente encontrar soluções para a população, principalmente para as camadas sociais mais fragilizadas.

As particularidades do local torna necessária a presença de uma legislação que estabeleça para a região normas diferentes das que são praticadas em outros pontos da fronteira brasileira. Isso poderia ser sanado com a criação de um Estatuto da Fronteira, como já existe para a fronteira entre Brasil e Uruguai. A elaboração desse Estatuto ou de outra legislação que objetive regulamentar o uso compartilhado

desse território pode melhorar as relações produtivas e comerciais entre as três cidades.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

Para discutir se as políticas públicas brasileiras contribuíram para o desenvolvimento econômico e social da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas e se seus reflexos foram observados no outro lado da fronteira, torna-se necessário conhecer quais foram essas políticas e como foram implementadas na região, principalmente no período de 2007 a 2015.

Para Souza (2006), a política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, nasceu nos Estados Unidos das Américas (EUA), rompendo com a tradição europeia de estudos e pesquisas que concentrava a análise sobre o Estado e suas instituições e não apenas na produção dos governos no que se referia a construção de políticas públicas. As políticas públicas traduzem-se por meio de programas, ações e atividades desenvolvidas pelos governos com o objetivo de assegurar direitos a cidadãos, previstos constitucionalmente, ou que sejam reconhecidos por parte da sociedade como legítimos e necessários para a construção do bem coletivo. Para Lynn (1980), a política pública sintetiza um conjunto de ações do governo para produzir efeitos específicos para a sociedade em um determinado período. É a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou por meio de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Assim, a política pública está relacionada às decisões sobre o que um governo assume como prioridade e o que ignora fazer na sua gestão.

As políticas públicas são, portanto, resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender seus interesses. Uma síntese das principais políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social da faixa de fronteira do Brasil adotadas no período de 2007 a 2015, serão descritas na sequência.

- **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):** Para BRASIL (2015), a PNDR faz parte da estratégia de desenvolvimento do país. O objetivo da PNDR é combater as profundas desigualdades econômicas e sociais existentes nas regiões brasileiras, buscando superar essa realidade acreditando no imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental de cada uma das regiões em que atua. A PNDR depende da sinergia entre atores públicos e privados e da convergência de ações do governo no que se refere às políticas de desenvolvimento.

- **Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a integração da Faixa de Fronteira(CDIF):** Conforme dados da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (2015), o objetivo da CDIF é desenvolver ações que promovam o desenvolvimento socioeconômico nos 588 municípios brasileiros que se localizam na Faixa de Fronteira. Sua área de atuação abrange os estados de Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF):** O PDFF visa a promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de ações que contribuam para o aperfeiçoamento de sua estrutura

física, produtiva e social. Para que isso ocorra, são necessárias parcerias com os países da América do Sul que fazem fronteira com o território brasileiro. Segundo BRASIL (2009a), o PDFF defende o fortalecimento das ações na faixa da fronteira, mediante o aprimoramento das redes de atores locais com o objetivo de constituir o desenvolvimento endógeno e sustentável, e desenvolver novos eixos dinâmicos da economia.

- **Programa de promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais (Promeso):** De acordo com BRASIL (2009b), o Promeso busca a redução das desigualdades regionais por meio da organização social e a ativação econômica da região, valorizando seu potencial endógeno e sua capacidade de mobilização social. Constitui-se em um programa com foco no desenvolvimento endógeno, na valorização dos processos participativos e fomento à cultura empreendedora.

- **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver):** Conforme BRASIL (2009c), o Conviver busca a redução das desigualdades das regiões por meio do empoderamento das populações de sua área de atuação, valorizando o desenvolvimento endógeno e promovendo a organização social com o objetivo de promover a inserção produtiva.

- **Plano Nacional Estratégico de Fronteiras (PEF):** Conforme BRASIL (2013), o governo federal instituiu o PEF com o objetivo de ampliar os mecanismos de prevenção aos delitos praticados nas regiões de fronteira, preocupando-se com o controle e fiscalização de ações que contribuam para tal objetivo.

3.1 – IMPORTÂNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU E DO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU (PTI) PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

No processo de desenvolvimento da região, a Usina Hidrelétrica de Itaipu e o Parque Tecnológico Itaipu (PTI) tiveram um importante papel. Conforme Ribeiro (2002), a construção da usina criou um ente jurídico inédito, pois as decisões só poderiam ser tomadas em comum acordo entre o governo do Brasil e do Paraguai. A usina foi construída durante o período em que a ditadura militar, sob a qual o Brasil vivia, focou em grandes projetos de investimento econômico com o intuito de implantar uma forte indústria de bens de capital no país

A consolidação do projeto Itaipu permitiu uma relação de integração e desenvolvimento sustentável cada vez mais fortalecida. A partir de 2003, o planejamento estratégico da empresa passou a defender a ideia de tornar a binacional um agente do desenvolvimento regional, promovendo ações para garantir à região um novo status por meio de investimentos em diferentes áreas, como turismo e desenvolvimento territorial, além de desenvolver ações relacionadas aos cuidados com a água no entorno do reservatório. Também foi priorizado o investimento em ciência, tecnologia e inovação, principalmente com a criação do Parque Tecnológico Itaipu (PTI) no Brasil, permitindo a realização de ações de educação, extensão e pesquisa com foco no desenvolvimento da região.

Conforme Brandt et. al. (2014), o PTI é um dos mecanismos existentes para a promoção do desenvolvimento territorial e uma ferramenta para a construção de um ambiente de economias baseadas no conhecimento e inovação. Isso se torna possível por meio da integração da pesquisa científico-tecnológica e da realização de ações entre empresas e organizações governamentais. No PTI, há uma gama de ações

desenvolvidas na área de extensão e educação. Essas ações contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas, tais como as ações que visam ao fortalecimento de políticas públicas de saúde na região da Tríplice Fronteira, buscando a integração e a cooperação entre os países vizinhos, principalmente as ações que permitem a vigilância epidemiológica e detecção precoce do risco de transmissão de doenças emergentes e reemergentes na região da Tríplice Fronteira. Essas ações são reconhecidas pelas lideranças do local e são consideradas de grande importância para a construção de um projeto integrado de desenvolvimento.

Além da área de saúde, as ações relacionadas ao desenvolvimento profissional e humano desenvolvidas pelo PTI são intensas, como os cursos de graduação e de pós-graduação ofertados aos moradores da região transfronteiriça, por meio das parcerias com a Unioeste, Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Também há ações focadas na formação para a inserção social e profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de formação técnico-profissional.

No PTI também há uma alta capacidade tecnológica e de inovação que permite a criação de uma cadeia de valores e o desenvolvimento de soluções para problemas existentes em diversas áreas, tais como na área de energias alternativas, comunicação, agronegócio; bioengenharia; automação e robótica. As pesquisas desenvolvidas no PTI são de grande importância para o desenvolvimento da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas e seus resultados contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas das três cidades e para a competitividade da própria região. Além das ações de educação, extensão e pesquisa, o PTI desenvolve ações de formação e geração de capacidades em desenvolvimento. Essas ações visam a qualificação dos atores locais para a realização de projetos de cooperação, buscando promover a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento territorial da região.

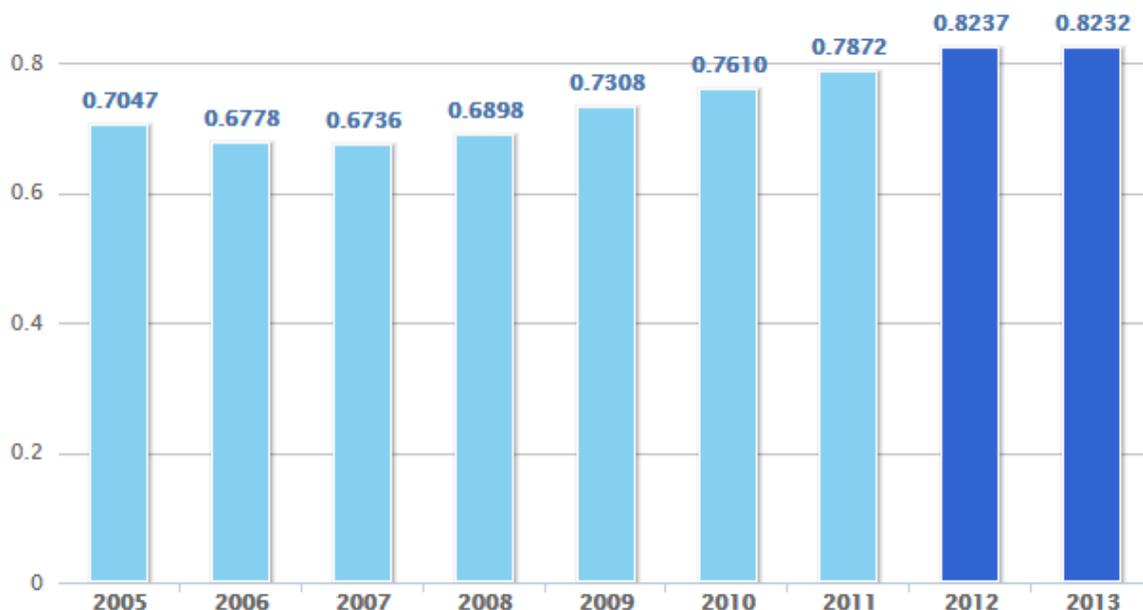
O Parque Tecnológico Itaipu do Paraguai (PTI-PY) ainda não conseguiu promover ações intensas. Sua estrutura é modesta se comparada à estrutura do PTI-Brasil. Em síntese, o trabalho do PTI-PY ainda está distante das ações realizadas pela instituição brasileira. O ponto positivo é que sua superintendência demonstrou interesse em aproximar os trabalhos, realizar ações espelhadas e ações conjuntas visando a um processo de aproximação entre os dois Parques Tecnológicos.

4 – RESULTADOS

A interpretação de alguns dados econômicos e sociais contribuem para melhor entender o processo de desenvolvimento socioeconômico em Foz do Iguaçu no período em estudo. De acordo com SISTEMA FIRJAN (2017), a classificação do IFDM obedece ao seguinte critério: alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos); desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos); desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos); baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos).

Como se observa no Gráfico 1, a partir de 2007 houve uma constante melhora nos índices de IFDHM, sendo que em 2007 estava em 0,6736, ou seja, classificado como desenvolvimento moderado, e em 2013 chegou a 0,8232, sendo classificado como alto desenvolvimento. Esse dado mostra que no período houve uma melhoria na qualidade de vida dos moradores de Foz do Iguaçu. Mesmo existindo situações de pobreza e de vulnerabilidade social, a população pode experimentar melhorias no aspecto social e econômico.

Gráfico 1 - Evolução do IFDM de 2005 a 2013 em Foz do Iguaçu

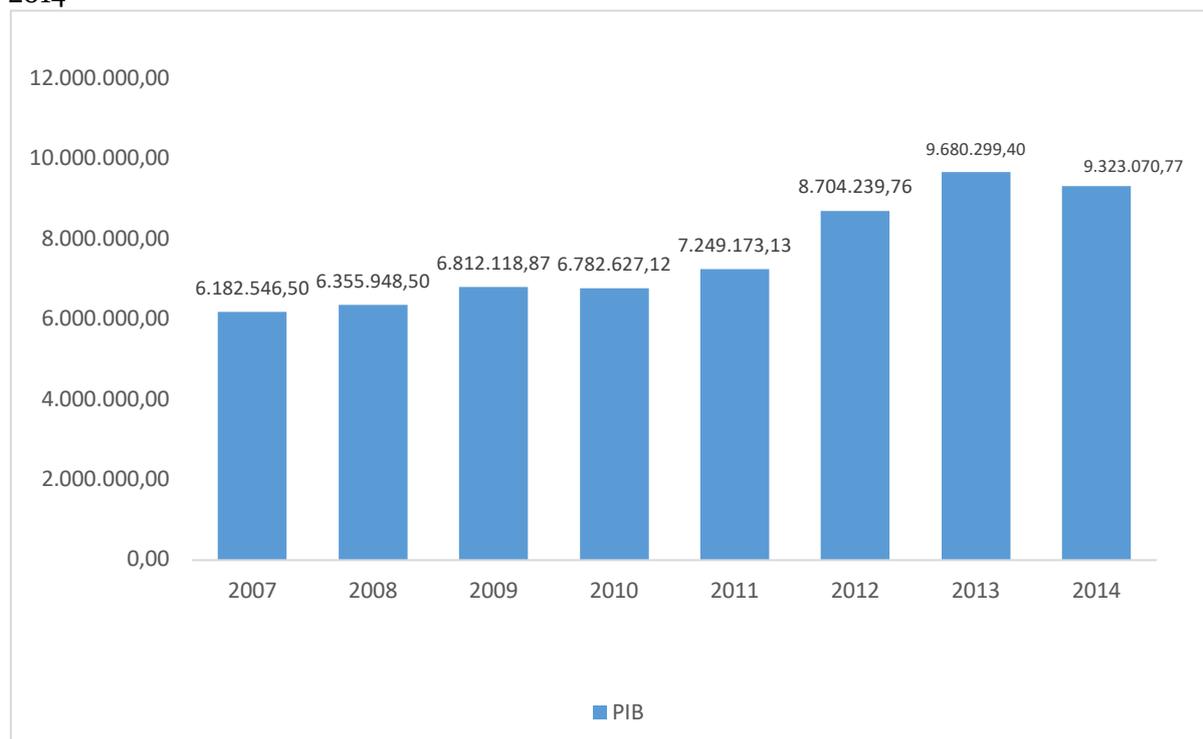


Fonte: SISTEMA FIRJAN (2017).

Como se observa no Gráfico 1, a partir de 2007 houve uma constante melhora nos índices de IFDH, sendo que em 2007 estava em 0,6736, ou seja, classificado como desenvolvimento moderado, e em 2013 chegou a 0,8232, sendo classificado como alto desenvolvimento. Conforme dado do PNUD (2013), em 1991 a população de Foz do Iguaçu era de 190.123 habitantes e em 2016 passou para 263.915 habitantes. Mesmo com o aumento populacional, os dados do IFDH indicam que o município conseguiu desenvolver ações que apresentaram resultados positivos na geração de renda, saúde e educação.

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do município também foram positivos. O Gráfico 2 mostra que no período de 2007 a 2014 houve uma melhora no índice, demonstrando que além do município de Foz do Iguaçu apresentar bons resultados nos índices de IFDH também teve um bom desempenho na produção de bens e serviços.

Gráfico 2 - Evolução do PIB de Foz do Iguaçu a preços correntes e deflacionado no período de 2007 a 2014



Fonte: IBGE, (2017).

Os dados do Gráfico 2 confirmam que no período houve crescimento econômico na região. Conforme dados do PNUD (2013), a proporção de pessoas pobres reduziu no período. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita pelo Índice de Gini, que foi de 0,57 em 1991 e manteve-se no mesmo patamar de 0,57 em 2000, e passou para 0,53, em 2010.

A Tabela 1 traz informações sobre a evolução da renda, pobreza e desigualdade registrada em Foz do Iguaçu.

Tabela 1 - Pobreza e desigualdade do município de Foz do Iguaçu nos anos de 1991, 2000 e 2010

Renda, Pobreza e Desigualdade	1991	2000	2010
% de pessoas extremamente pobres	4,67	4,20	1,75
% de pobres	18,93	16,26	7,37
Índice de Gini	0,57	0,57	0,53

Fonte: PNUD (2013).

Os dados da Tabela 1 mostram que o Índice de Gini também teve uma evolução positiva, melhorando entre 1991 e 2010. No período houve uma redução do percentual de pessoas extremamente pobres e de pessoas pobres, indicando que a região conseguiu desenvolver ações que atenderam a faixa da população que mais necessitava de acesso a serviços públicos básicos e de oportunidades de trabalho e renda, embora ainda haja muito a ser feito pela população que vive em condições de vulnerabilidade social.

Conforme PNUD (2013), em 2006, o município de Foz do Iguaçu registrou a marca de 42.577 empregos e em 2010 de 60.700, ou seja, um aumento de 18.123 postos de trabalhos, registrando um aumento de 42,56% no período. Um outro ponto

que merece destaque nesta análise sobre o desenvolvimento socioeconômico de Foz do Iguaçu diz respeito à vulnerabilidade social, que é percebida quando pessoas são excluídas ou impedidas do acesso de condições dignas de sobrevivência dentro de uma sociedade.

Em Ciudad del Este e em Puerto Iguazú, devido à ausência de dados estatísticos padronizados, não foi possível fazer a análise da evolução social e econômica. A falta de dados estatísticos disponíveis para que possamos fazer comparações é, sem dúvida, um problema relevante para a construção de um projeto integrado de desenvolvimento na região.

4.1-AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Para a elaboração da Matriz Quadrada, foi utilizada a média de cada variável que segundo os especialistas entrevistados foram as mais relevantes para o desenvolvimento da região, sendo que as variáveis selecionadas foram às que obtiveram um grau de importância acima de 75%. A Matriz Quadrada foi analisada por meio da metodologia da Análise Estrutural Prospectiva com auxílio do MICMAC. Assim, as variáveis e políticas mais influentes de maneira direta identificadas no sistema foram: 1) estrutura física, 2) competitividade empresarial, 3) planos, programas e iniciativas compartilhadas, 4) sinergia, 5) articulação política, 6) ação conjunta, 7) melhoria nos processos produtivos e 8) geração de empregos. A figura 1 em anexo mostra essas relações.

O Software MICMAC permite tanto que sejam identificadas as variáveis e políticas que influenciam diretamente o sistema estudado, como também permite identificar quais são as variáveis e políticas que são mais dependentes de outras variáveis. Essas relações de dependência permitem identificar quais variáveis ou políticas que mais sofrerão com possíveis mudanças no sistema. As variáveis que mais apresentam influência direta no desenvolvimento da região são: 1) empreendedorismo; 2) integração entre países da fronteira; 3) planejamento regional; 4) competitividade empresarial; 5) planos, programas e iniciativas compartilhadas; 6) desenvolvimento territorial; 7) articulação política; 8) concentração de empresas; 9) fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos; 10) estrutura física, produtiva e social. As variáveis que foram consideradas menos influentes para o desenvolvimento da região foram: 1) taxa de câmbio; 2) tributação; 3) unidades escolares.

Conforme Zanini & Schneider (2015), o uso do software MICMAC possibilita identificar quais são as variáveis com maior grau de motricidade e de dependência. Com isso é possível identificar quais são as “variáveis chave” do sistema e construir uma tipologia que determine o tipo de relação entre as variáveis, ou seja, se é um relação direta ou uma relação indireta. No sistema analisado a variável “cultura local” foi identificada como a variável chave do sistema, pois influencia fortemente todas as outras.

A pesquisa identificou também as variáveis de ligação, que mostram muita sensibilidade em relação à ação das outras variáveis, sendo elas: 1) atores sociais; 2) melhoria nos processos de comercialização; 3) investimento em infraestrutura; 4) competitividade empresarial; 5) empoderamento dos atores locais; 6) empreendedorismo; 7) cooperação entre os atores; 8) relações internacionais; 9) ação conjunta governamental; 10) universidades; 11) sinergia entre atores públicos e privados; 12) planos, programas e iniciativas compartilhadas; 13) integração entre países da fronteira; 14) concentração de empresas; 15) planos regionalizados de

desenvolvimento e integração fronteiriços; 16) desenvolvimento territorial sustentável; 17) fóruns de desenvolvimento; 18) acordos bi e multilaterais; 19) formação de agentes para o desenvolvimento Integrado e sustentável na faixa de fronteira; 20) geração de empregos; 21) governança; 22) fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos; 23) gestão participativa; 24) articulação das políticas setoriais; 25) estrutura física, produtiva e social; 26) organização social; 27) melhoria dos processos produtivos. Essas variáveis foram citadas pelos entrevistados como de grande relevância para o desenvolvimento e integração da região.

Conforme Godet (2000), à medida que as interações vão se estendendo ao longo da cadeia de influência, a identificação das relações indiretas ficam mais complexas. A figura 2 (em anexo) mostra quais são as variáveis e políticas que apresentam maior grau de influência indireta.

Percebe-se que as relações indiretas fortes ocorrem em número reduzido, sendo que a variável “empreendedorismo” representa a relação forte do sistema. Uma ação dessas variáveis exerce influência nas demais.

Um ponto que merece destaque é que todas as políticas públicas brasileiras para a faixa de fronteira receberam as piores classificações pelos especialistas, sendo que o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) ficou em 25ª posição, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em 27ª posição, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da faixa de Fronteira (CDIF) em 28ª posição, o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços sub-regionais (Promeso) em 32ª posição e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver) em 34ª posição, ou seja, na última colocação do ranking.

Um outro ponto importante é que variáveis fundamentais para se criar um ambiente de cooperação na região foram colocadas em segundo plano, tais como: 1) ensino bilíngue; 2) cooperativas e associações; 3) economia solidária; 4) APLs transfronteiriços. Há portanto, indicativos que as três cidades ainda não encontraram um caminho conjunto para o desenvolvimento.

4.2 – VAZAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA OS DEMAIS ENTES DA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA DAS CIDADES GÊMEAS

A pesquisa aponta que os paraguaios e argentinos utilizaram em larga escala os serviços de saúde em Foz do Iguaçu, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS). As políticas públicas de saúde desenvolvidas em Foz do Iguaçu acabaram por beneficiar as cidades vizinhas, mesmo diante das dificuldades legais impostas pela presença da fronteira e pela não consolidação de uma região transfronteiriça baseada num projeto integrado de desenvolvimento. Uma das propostas defendidas pelos atores sociais da região é a criação de um Território Sanitário Comum, capaz de atender as três cidades e desenvolvido com a participação e com investimentos de todos. Seria a criação de uma espécie de metrópole trinacional formada por Ciudad del Leste, Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu. Essa ação poderia contribuir para a maior integração e reduzir os conflitos existentes, tornando o local de fato um território compartilhado e exercendo as prerrogativas de uma região transfronteiriça.

No âmbito da segurança pública, o Plano Nacional Estratégico de Fronteiras (PEF), também pode ser classificado como uma importantes política pública para a região, pois ampliou os mecanismos de prevenção aos delitos praticados, como o tráfico de drogas e o crime organizado.

No aspecto educacional, conforme citado pela presidente do Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social de Ciudad del Este (Codeleste), muitos paraguaios optam por colocar seus filhos nas escolas brasileiras, mas as imposições oriundas da existência da fronteira, muitas vezes impedem que isso ocorra.

Para os dirigentes citados, esse intercâmbio tende a movimentar o comércio, o setor de serviços e o mercado imobiliários das três cidades, pois a presença de estudantes estrangeiros cria um ciclo de gastos financeiros no local onde estão instalados.

A possibilidade de compartilhar os serviços de educação entre as três cidades também é um requisito para a consolidação de um projeto integrado de desenvolvimento. Isso demanda políticas públicas e ações estratégicas por parte da iniciativa privada, pública e das entidades de classes. Não se trata de uma tarefa simples, pois as ações educacionais integradas na Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas precisam de acordos formais entre o Brasil, Argentina e o Paraguai, evidenciando mais uma vez a necessidade da elaboração de normas específicas para essa região.

De acordo com dados do PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU (2017), o PTI em parceria com a Itaipu Binacional também contribui para a construção de um sistema de educação que busca a qualidade na região. Dentre as ações de destaque, estão projetos como Núcleo de Tecnologia Municipal (que promove cursos para preparar docentes do ensino fundamental para melhor utilizar as tecnologias da informação em sala de aula), o Polo Astronômico Casimiro Montenegro Filho (que visa a ampliar os conhecimentos em Astronomia dos participantes e de desenvolver ações que contribuam para a melhoria da educação e da construção de uma cultura científica regional), oferta de cursos pré-vestibular (com o objetivo de auxiliar estudantes das escolas públicas a ingressarem na universidade), Projeto Integrar (que tem por objetivo promover a inclusão digital e social dos discentes por meio do uso de software educacional), Projeto Vira Vida (que visa a oferta de educação integral, a formação técnico-profissional para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social) e os cursos de graduação e pós-graduação desenvolvidos no PTI (que buscam o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão na região).

As entrevistas indicaram que as iniciativas empreendedoras na região ocorreram de forma isolada no período e não fizeram parte de um agenda coletiva e de um planejamento estratégico orientado para a consolidação de um projeto integrado de desenvolvimento. As lideranças do Codeleste afirmaram que no período de 2007 a 2015 não houve políticas públicas realizadas pelo Paraguai para incentivar a criação de novas empresas ou mesmo de apoiar sua expansão. O acesso ao crédito e a programas governamentais focados na melhoria do processo de gestão também não foram observados.

No Codespi, há também a percepção de que não houve no período de 2007 a 2015 ações integradas que contribuíram para alavancar as iniciativas empreendedoras na região. O presidente do Codespi citou que nos últimos anos o governo argentino não está demonstrando apoio aos pequenos empreendimentos, que na sua concepção, são de grande importância na geração de empregos e renda em Puerto Iguazú. Essa falta de apoio se traduz na dificuldade de acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas, bem como na ausência de políticas governamentais para qualificação dos empresários e para ações mercadológicas necessárias ao fortalecimento da comunidade empresarial do local.

Os dados obtidos e mencionados no decorrer da pesquisa mostram que houve pequenos “vazamentos” de serviços públicos que derivaram de políticas públicas brasileira, como é o caso do atendimento de argentinos e paraguaios pelo SUS brasileiro e pelo sistema educacional. Mesmo com todos os problemas que surgiram

em decorrência do uso desses serviços por cidadãos de outras nacionalidades, não se pode negar que houve algum benefício para os moradores de Ciudad del Este e de Puerto Iguazú.

Segundo os dados das entrevistas, as únicas ações que nasceram das políticas públicas do Brasil e que foram percebidas pelas outras cidades, estão relacionadas aos trabalhos do PTI para o desenvolvimento territorial e ao processo de qualificação profissional, como a realização do curso “formação de formadores para o desenvolvimento local”, que foi ministrado em Ciudad del Este e teve a presença de lideranças argentinas, sendo um curso de capacitação para as lideranças do Paraguai, como apoio do PTI - Brasil, PTI - Paraguai, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério de Indústria e Comércio do Paraguai, Itaipu Binacional e Codeleste.

Portanto, constata-se que o vazamento das políticas públicas brasileiras para as outras cidades da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas foi pequeno, não sendo capaz de alterar de forma substancial o processo de desenvolvimento da localidade. A falta de indicadores econômicos e sociais, dificulta o entendimento da real situação do empresariado das cidades. Essa falta de dados oficiais, tanto em Ciudad del Este, como em Puerto Iguazú, é um tema que incomoda os dirigentes dos três conselhos de desenvolvimento econômico e social, pois sua ausência implica em dificultar a compreensão do processo econômico, social e de desenvolvimento do local.

CONCLUSÃO

A pretensão inicial do trabalho foi discutir até que ponto as políticas públicas do Brasil acabaram impactando o desenvolvimento da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas de Foz do Iguaçu (BR), Puerto Iguazu (AR) e Ciudad del Este (PY), e os possíveis “vazamentos” dessas políticas para os demais entes da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas.

Utilizando a metodologia de análise Estrutural Prospectiva, aplicando um questionário contendo 68 variáveis, respondido por um grupo de especialistas e viabilizando a construção de uma Matriz Quadrada. Essa Matriz Quadrada apresentou 34 variáveis e políticas públicas indicadas pelas entrevistas e pelos questionários, tabuladas e processadas com o uso do software Matriz de Impactos Cruzados e Multiplicações Aplicadas a uma Classificação (MICMAC).

Os resultados apontaram que no período de 2007 a 2015, houve em Foz do Iguaçu um desenvolvimento econômico e social, refletido pelo aumento do PIB, pela melhoria do índice de Gini, pelo avanço do IFDHM, pelo aumento de número de trabalhadores com empregos formais e do aumento do número de empresas no local. No período, houve também em Foz do Iguaçu a redução da situação de vulnerabilidade social, embora, no período também tenha sido registrado um número significativo de pessoas em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Mesmo considerando que as políticas públicas brasileiras possam ter contribuído para esses resultados, cabe lembrar que o cenário internacional foi bastante favorável no período e que outras políticas sociais também foram implementadas, principalmente as que priorizaram o acesso à casa própria, à renda mínima e à educação universitária. Assim, há elementos para acreditar que o conjunto dessas ações de fato é o responsável pelo desenvolvimento da cidade.

Em Ciudad del Este e em Puerto Iguazú a falta de dados estatísticos impossibilita fazer uma análise precisa sobre a evolução desses índices, o que sugere ser um importante tema para novas pesquisas.

Os atores sociais exercem um papel relevante para o processo de desenvolvimento da região estudada, em especial, os três conselhos de desenvolvimento econômico e social existentes. O Codefoz, o Codespi e o Codeleste são peças chave para a realização de ações de aproximação entre as cidades. Seu trabalho está focado na cooperação e na constante parceria entre empresas e entidades dos três países e conta com o apoio de entidades preparadas para promover o debate sobre o desenvolvimento regional, como por exemplo, o Sebrae e o Parque Tecnológico Itaipu (PTI).

Embora haja algumas ações em conjunto entre o PTI e os três conselhos de desenvolvimento econômico e social, percebe-se que é necessária uma maior aproximação dos trabalhos entre estas entidades. O Codefoz, o Codespi e o Codeleste possuem propostas de integração entre as três cidades, mas não dispõem de estrutura física, humana e financeira para alavancar seus projetos. O PTI tem essa estrutura e pode mediante um acordo formal trabalhar em parceria com os conselhos existentes. Essa parceria parece ser uma alternativa para viabilizar projetos de desenvolvimento na região. Sem essa aproximação será difícil o Codefoz, o Codespi e o Codeleste promoverem um projeto integrado de desenvolvimento para a localidade.

Os dados da pesquisa indicam que embora haja um alto comprometimento dos principais atores sociais presentes na região, ainda não foi possível consolidar um projeto integrado de desenvolvimento na Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas. A pesquisa aponta também que as políticas públicas brasileiras contribuíram para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu, mas não foram percebidas no lado paraguaio e argentino. Apenas algumas ações na área da saúde e da educação foram percebidas pelas lideranças de Ciudad del Este e de Puerto Iguazú como positivas ao desenvolvimento de suas localidades.

As informações obtidas nas entrevistas e na aplicação da Matriz Quadrada indicam que não houve o vazamento dos resultados das políticas públicas brasileira para Ciudad del Este e Puerto Iguazú na proporção necessária. Percebeu-se apenas algumas ações isoladas que acabaram tendo algum reflexo positivo nas cidades vizinhas, mas de forma tímida e não planejada, sendo portanto, insuficientes para garantir um processo de desenvolvimento econômico, social e humano nestas localidades e para concretizar um projeto de desenvolvimento integrado na Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas.

O desenvolvimento da Região Transfronteiriça das Cidades Gêmeas e a construção de um projeto integrado de desenvolvimento é um tema complexo e que possui diversas faces, razão pela qual não se pretende esgotar o assunto com a presente pesquisa. A realização de novos trabalhos é de extrema importância para a melhor compreensão do tema e para auxiliar os atores sociais e políticos da região na construção de programas e projetos para a localidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. **Especialização e estrutura produtiva na análise regional do Estado do Paraná**. Informe GEPEC, Toledo, v. 26, n.2, p.9-29, jul./dez.2022. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28307/20577> acesso em 20/08/2022.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA, n. 14, dez. 1996. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/.](http://www.ipea.gov.br/)> Acesso em: 17/03/2017.

BRANDT A; NÓBREGA, A.C; SCHMOLLER, A.P; HANAUER, A; CAVALHEIRO, D.L; VERONEZI, D; MITTANCK, D.P; NOGUEIRA, F; ALVEZ, F; ROCHA, F.M; HEDRYK, D; VILAÇA, J; PASSINI, J.J; LUCIZANI, J.N. FERNANDEZ, J. MARQUES, M.P; CALMAZINI, M; GRAEF, N.D; CARVALHO, P.R.G; PENZIN, T.P.O. **Planejamento estratégico Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil 2014-2024**. Parque Tecnológico Itaipu: Foz do Iguaçu, 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de fronteira**. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. Brasília, DF: Secretaria de Programas Regionais, 2009a; 2009b e 2009 c.

BRASIL. Ministério da integração nacional. **Política nacional de desenvolvimento regional (PNDR)**. Brasília, DF: Secretaria de Programas Regionais, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Projeto pedagógico de curso de enfrentamento ao tráfico de pessoas para o plano nacional de fronteira – ENAFRON** – Brasília, 2013.

BRAUN, M. B. CARDOSO, R.D; DAHMER, V.S; RINALDI, R.N. Consolidação e perspectiva da agroindústria paranaense em relação ao Mercosul: uma análise de 1999 a 2009. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.221-240, jan./jun. 2012.

FERRERA DE LIMA, J. PIFFER, M; KLEIN, C.F; EBERHARDT, P.H.C. A percepção do desenvolvimento regional na grande fronteira do Mercosul. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n.35, p.133-150, jan. /jun. 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2559>>. Acesso em: 19/08/2017.

FERRERA DE LIMA, J. F. de; PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R.; PIFFER, M. A percepção do conceito de desenvolvimento regional nas áreas atingidas pelos reservatórios de Itaipu e Salto Caxias. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 7, n. 1, 2007. DOI: 10.48075/igepec.v7i1.297. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/297>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GEMELLI, V. **As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) Unioeste, Francisco Beltrão. 2013.

GODET, M; MONTI, R; MEUNIER, F; ROUBELAT, F. **A caixa de ferramentas da prospectiva estratégica**. Caderno n. 5. Lisboa: Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia, 2000.

HAESBAERT, R. **Regiões transfronteiriças e migração brasileira em países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2009. **Foz do Iguaçu**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 08/09/2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Ipardes). **Caderno estatístico do município de Foz do Iguaçu**. Curitiba, 2017. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em 08/09/2017.

LYNNL, L. E. **Designing public policy: a Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

PIFFER, M.; ALVES, L.R. **Política deliberativa: um instrumento da democracia para o desenvolvimento regional**. In: Revista Temas & Matizes, n. 16, segundo semestre de 2009.

PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU (PTI). **Educação e extensão**. Disponível em: <www.pti.org.br> Acesso em: 18/02/2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Perfil Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/foz-do-iguacu_pr> Acesso em: 10/08/2017.

RIBEIRO, M.F.B. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

REIGADO, F.M. O Desenvolvimento regional transfronteiriço. In: Costa, J.S. (org.) **Compendio de Economia Regional**. APDR, Lisboa, 2002.

ROLIM, F.C. **Como analisar as regiões transfronteiriças?: esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir de caso de Foz do Iguaçu**. Trabalho apresentado na III ECOPAR, Encontro de Economia Paranaense, Londrina, 2004.

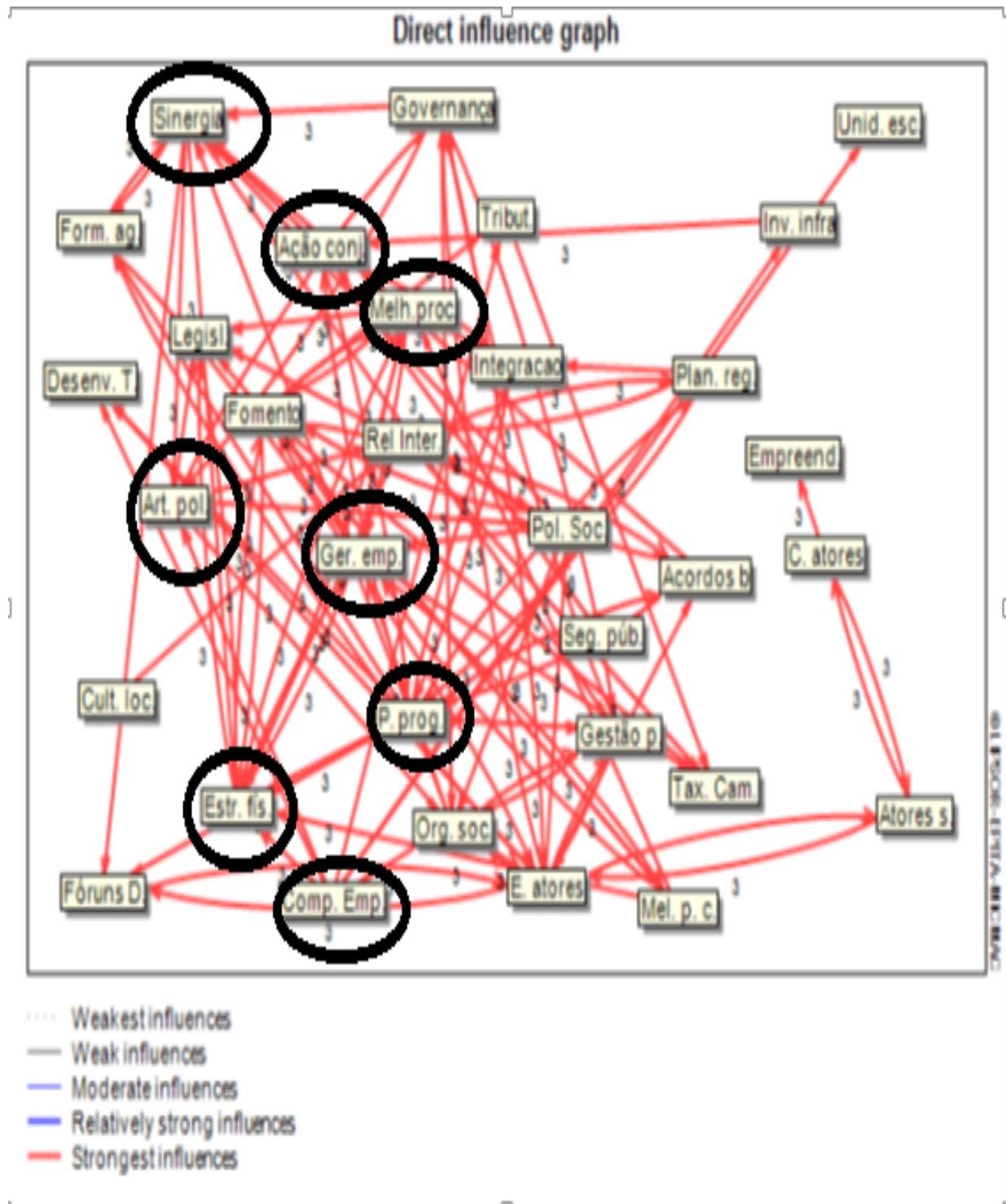
SISTEMA FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PR&IdCidade>>. Acesso em: 05/06/2017.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M.E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

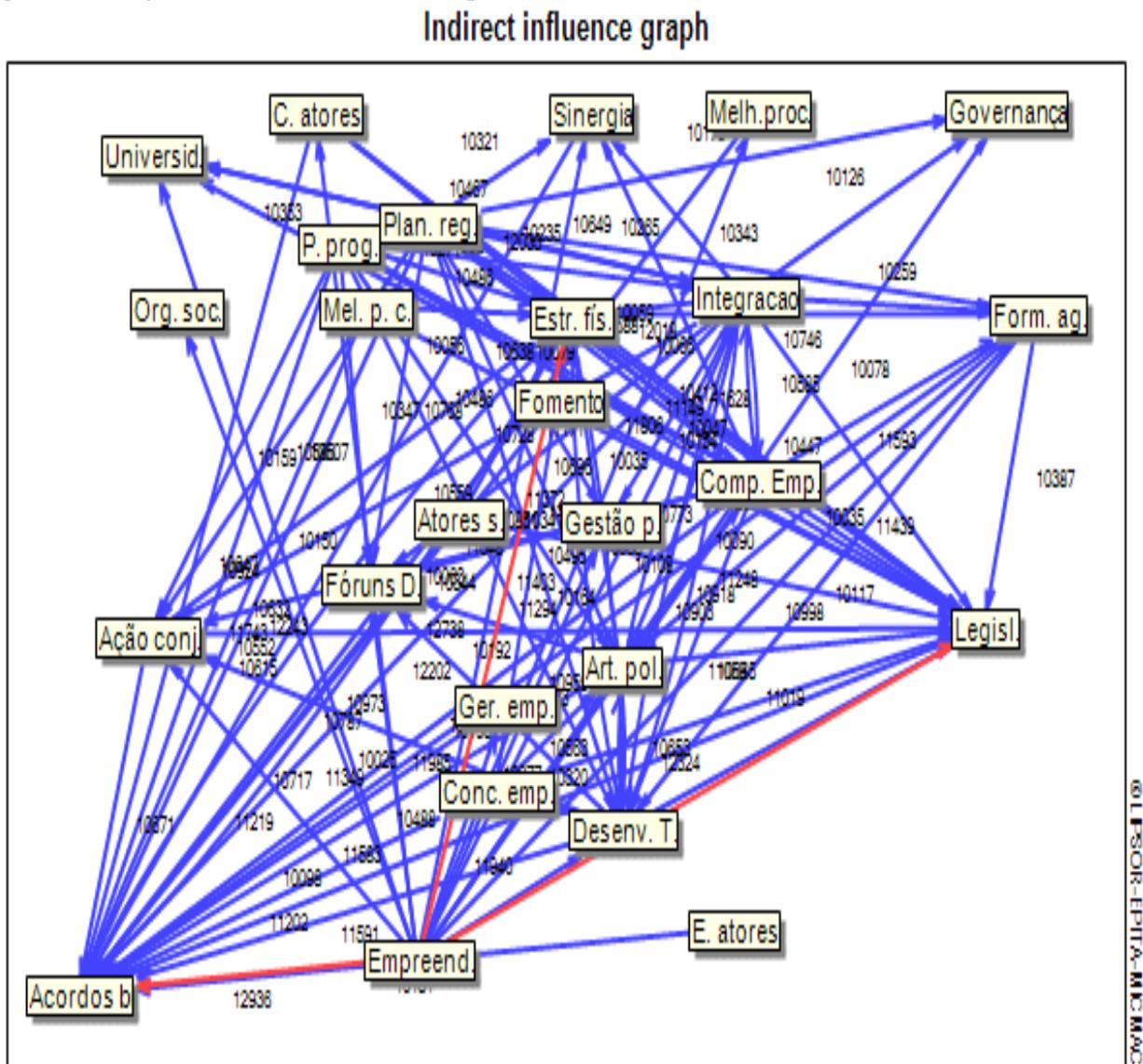
ZANINI, E.; SCHNEIDER, M. B. Restaurantes Populares em Toledo: um modelo de desenvolvimento. **Economia e Desenvolvimento**, vol. 27, n.2, p. 243-256, Santa Maria-RS, 2015. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/20984>>. Acesso em: 15/12/2015.

Figura 1 - Principais variáveis e programas de influência direta no desenvolvimento da região



Fonte: Elaborado pelos autores, com o uso do software MICMAC.

Figura 2 - Relação entre todas as variáveis e políticas de influência indireta



- Weakest influences
- Weak influences
- Moderate influences
- Relatively strong influences
- Strongest influences

Fonte: Elaborado pelos autores, com o uso do software MICMAC

Recebido em 30/8/2022.

Aceito em 25/10/2022.